

ARQUITETURA, MEMÓRIA E IDENTIDADE: INTERFACES DO PATRIMÔNIO EDIFICADO NO EXTREMO-OESTE CATARINENSE.

Bárbara Reichert*

Patrícia Dalmina de Oliveira**

Douglas Franzen***

Resumo

A relação entre patrimônio, memória e identidade compõe uma relação de ambivalência e complementaridade. O patrimônio se constitui como um bem simbólico e de significado, que se vincula à ideia de identidade e que fomenta a memória. Nesse sentido, o texto busca analisar de que forma patrimônio, memória e identidade podem ser compreendidos por meio de uma análise histórica da colonização étnica e confessional Porto Novo, hoje municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis. O objetivo é de oferecer subsídios para práticas patrimoniais, principalmente em uma perspectiva do patrimônio arquitetônico edificado. Para a análise são considerados três elementos considerados influentes em uma dinâmica patrimonial local: a arquitetura religiosa, a arquitetura civil através da casa comercial colonial e seu simbolismo de *arte déco* e o esforço em preservar/reconfigurar uma arquitetura baseada no estilo enxaimel. Consideramos a hipótese de que há elementos patrimoniais que fomentam a perspectiva da identidade e da memória e de que essas edificações se cristalizam na paisagem local apresentando um grande potencial para políticas patrimoniais.

Palavras-chave: Patrimônio. Itapiranga. Arquitetura.

* Especialista em Gestão de Projetos pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uceff. E-mail: barbara_blu@hotmail.com.

** Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uceff e da Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: contato@patriciadalmina.com.

*** Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uceff. E-mail: douglas_franzen@yahoo.com.br.

Introdução

O texto busca fazer uma análise do patrimônio edificado de Itapiranga no sentido de contextualizar dinâmicas de memória e identidade e sua relação com a arquitetura detectada nas edificações locais. O objetivo é de constituir e problematizar as relações e as interfaces entre esses elementos por meio de uma análise histórica de ocupação do espaço e da constituição das relações socioeconômicas. A proposta defende a ideia de que a arquitetura, manifestada pelo patrimônio edificado, expressa um potencial de identidade que é simbólico e vinculado à constituição de laços de memória. Essa constituição da identidade é um processo complexo e vinculado a intencionalidades que se manifestam desde relações culturais e de tradição, perpassando por aspectos econômicos, turísticos e de constituição da paisagem urbana e rural.

A partir de uma análise da formação histórica e do processo de colonização, busca-se compreender sob quais elementos se constitui o patrimônio edificado e de que forma ele se vincula a essa perspectiva da identidade e da memória. Nessa perspectiva, iniciamos a discussão com uma análise das perspectivas da memória e da identidade e suas relações com a perspectiva da identidade e de interface social. Na sequência é feita uma análise do processo de colonização local, por meio da compreensão da Colônia Porto Novo que territorialmente hoje compreende aos municípios de Itapiranga, Tunápolis e São João do Oeste.

Para a análise específica do patrimônio edificado e da sua relação com a identidade e a memória consideram-se três aspectos: 1) a arquitetura religiosa católica como elemento constituinte de uma identidade simbólica; 2) a arquitetura civil por intermédio das antigas casas comerciais representativas de um poder econômico; 3) a problemática da arquitetura enxaimel como elemento étnico de germanidade e sua utilização como simbologia de identidade.

A proposta do texto é de oferecer uma reflexão da condição patrimonial local em uma perspectiva de identidade

e de memória. Pela constatação de que não existe oficialmente um patrimônio edificado tombado, o texto analisa edificações e manifestações patrimoniais de caráter histórico, sendo a seleção destas baseadas em critérios de tipologia e representatividade simbólica. O texto pretende ser muito mais um aporte inicial para uma reflexão patrimonial do que um instrumental conclusivo, visando servir como suporte para discussões patrimoniais futuras, pesquisas acadêmicas, iniciativas de planejamento urbano, projetos de edificação e restauração e, obviamente, como estímulo a projetos de tombamento patrimonial.

Patrimônio, memória e identidade

A memória é um dos aspectos marcantes da condição humana, é a capacidade que temos de memorizar o passado, seja ela individual ou coletiva. A memória nos liga e nos vincula com os tempos, identifica e registra nossa existência, transmigra conosco. Sem memória talvez não fôssemos seres humanos, pois a linguagem, os hábitos, a identidade e o grupo social com o qual convivemos estão diretamente ligados a este condicionante (TEDESCO, 2011).

Na compreensão de Izquierdo (1989, p. 89), em uma perspectiva prática, “a memória dos homens e dos animais é o armazenamento e evocação de informação adquirida através de experiências; a aquisição de memórias denomina-se aprendizado. As experiências são aqueles pontos intangíveis que chamamos presente”. Reside no aspecto do aprendizado a importância da memória que se busca compreender, ou seja, no potencial de significado cultural, de identidade, de relação social, de consciência histórica e temporal. Devido a seu caráter de relatividade e vulnerabilidade na dinâmica do tempo, no sentido de seletividade na denominação de Pollak (1992), a memória necessita de elementos de estimulação, de referenciais para que se mantenha viva e presente.

Nessa perspectiva o patrimônio é um artefato potencializador da memória e da identidade, que atua como

elemento imbuído de um valor simbólico, de caráter material ou imaterial, envolto em uma vivência e um padrão de cultura. Na concepção de Badalotti (2015), patrimônio tem vida, tem vínculo com pessoas, costumes e saberes, sendo memória e construção, cultura e referencial documental, compondo um conjunto de bens que devido ao seu valor sentimental, deve ser considerado de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. “Esse conceito não está restrito apenas a produção material humana, mas abrange também a produção emocional e intelectual” (BADALOTTI, 2015, p. 20).

Arquitetura e memória: interfaces de identidade social

A identidade se cristaliza nas relações sociais e na compreensão de pertencimento que cada indivíduo constrói com seu entorno social. Um dos elementos convergentes de identidade, além do aspecto biológico e genético, é a cultura. Na visão de Morin (2005), a cultura é a fonte geradora e regeneradora da complexidade das sociedades humanas, integrando os indivíduos na complexidade social e condicionando o desenvolvimento da complexidade individual. A produção da cultura, que ocorre por meio de práticas simbólicas, saberes e fazeres do cotidiano como fruto da herança histórica e da construção das relações de vida, engendra toda a gama de conhecimentos e de produtos advindos da ação humana. Nesse sentido, formata-se a ideia de um patrimônio cultural humano, ou seja, os produtos materiais ou imateriais, simbólicos e valorativos advindos da ação humana diante da sua condição temporal.

A compreensão de uma identidade se materializa a partir do momento em que o sujeito se compreende em um entorno social, com o qual se identifica seja por meio de símbolos, tecnologias, crenças, saberes e relações sociais que convergem em práticas de coletividade. Essa relação de identidade nem sempre é amistosa e homogênea, mas possui

aspectos canalizadores de pertencimento e vínculo. No caso desse estudo, ressalta-se o potencial de identidade advindo do patrimônio arquitetônico e sua relação com a prática da memória.

Na sociedade contemporânea, na visão de Hall (2006), a noção de identidade encontra-se consideravelmente fragmentada, ou seja, fragilizada e carecendo de elementos de convergência e de pertencimento, onde a compreensão de indivíduo possui uma importância significativa nas relações sociais. Dessa forma, reafirma-se a importância do patrimônio arquitetônico, e obviamente todos os outros patrimônios históricos e culturais, como um elemento de considerável relevância na atualidade no sentido de fomentar a ideia de um pertencimento social e cultural, de um vínculo histórico advindo das relações constituídas no passado e no presente.

Nesse sentido, patrimônio arquitetônico e memória possuem a capacidade de estimular vínculos de identidade, de pertencimento, de solidariedade e de responsabilidade, nas relações que se constituem nos espaços urbanos e rurais, públicos ou privados, coletivos ou individuais. A memória coletiva e individual é alimentada por estímulos sensoriais inerentes ao patrimônio arquitetônico, onde a história se alimenta de vínculos de identidade presentes nas edificações, nos espaços de vivência e de sociabilidade, nas simbologias materiais e imateriais produzidos pela cultura de um grupo social.

A Carta de Brasília, marco do patrimônio arquitetônico latino-americano, compreende a ideia de identidade como uma forma de pertencer e participar, sendo o indivíduo capaz de encontrar o seu lugar, nome ou personalidade, porque através dela se descobrem vínculos entre as pessoas com as quais se compartilha a cultura. A ideia de identidade remete também ao conceito de autenticidade, ou seja, quando o vínculo do patrimônio arquitetônico é legítimo e autêntico da cultura e do processo histórico. Logo, o significado da palavra autenticidade está intimamente ligado à ideia de uma verdade.

Os objetos, edifícios e lugares são objetos materiais, portadores de uma mensagem ou de um argumento

cuja validade, no quadro de um contexto social e cultural determinado e de sua compreensão e aceitação pela comunidade, os converte em um patrimônio. Poderíamos dizer, com base nesse princípio, que nos encontramos diante de um bem autêntico quando há correspondência entre o objeto material e seu significado. (CARTA DE BRASÍLIA, 1995, p. 3)

Com base nessa reflexão, considera-se ser importante que se compreenda o processo de colonização de Itapiranga no sentido de relacionar a identidade histórica com o patrimônio arquitetônico edificado.

A colonização e a formação de identidades

O projeto de colonização Porto Novo, foi idealizado pela Sociedade União Popular – *Volksverein*, instituição que coordenou a implantação de outras colônias alemãs no Rio Grande do Sul, vinculado aos Padres Jesuítas, com o objetivo de implantar no extremo oeste de Santa Catarina uma nova fronteira agrícola e social. O empreendimento foi financiado pela Cooperativa de Crédito *Sparkasse*, e fundado oficialmente no ano de 1926. Já no ano de 1928 a colonização recebeu o nome de Itapiranga, nome dado atualmente ao município, gerando mais tarde a emancipação dos municípios de Tunápolis e São João do Oeste.

A Volksverein für die deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul, não era necessariamente uma empresa de colonização. Era, na verdade, uma entidade associativa fundada para dar assistência à população de descendência alemã e católica no Sul do Brasil. Essa associação chegou a ter no período da Primeira Guerra Mundial cerca de 8 mil associados.

A característica do empreendimento colonizador Porto Novo possuía a peculiaridade de aceitar preferencialmente migrantes que fossem de origem germânica e católica; portanto, uma colonização étnica e confessional. Nesse sentido, compraram terras nessa colônia famílias que buscavam novas fronteiras agrícolas originárias das colônias velhas do Rio

Grande do Sul e de Santa Catarina, onde as terras já estavam subdivididas e esgotadas. Da mesma forma, adquiriram terras em Porto Novo, os imigrantes que fugiam das duras condições de vida em vilarejos europeus, expulsos pelas atrocidades da guerra, pela perseguição étnica e política, ou pelas péssimas condições de vida e de trabalho lá existentes.

Inicialmente, a ideia da Sociedade União Popular era a de fundar uma colônia com essas características em solo gaúcho, mas tal empreendimento não foi visto com bons olhos pelo governo do Rio Grande do Sul; além disso, os valores das terras eram muito altos. Nesse sentido, buscou-se a compra de um lote de terras em Santa Catarina, pois era de interesse do governo catarinense em promover a ocupação daquele espaço.

A colonização Porto Novo foi organizado de forma que fossem vendidos lotes rurais, de aproximadamente 25 hectares. Foram organizados também núcleos comunitários e urbanos, onde se zelava pela construção de uma capela e de uma escola, onde em alguns casos também foram abertas casas comerciais para abastecer as famílias com suprimentos. A economia girava basicamente em torno da agricultura familiar, tendo como base a extração da madeira, o cultivo e manufatura do fumo e uma agricultura destinada basicamente para o sustento da família e para a comercialização dos escassos excedentes. Esse contexto de uma agricultura mais tradicional perdurou até aproximadamente a década de 1950, quando a modernização da agricultura e a inserção da região no contexto agroindustrial instaurou padrões produtivos mais racionais e tecnificados (STRIEDER, 2000).

A formação de uma identidade local esteve alicerçada nesse *ethos* cultural que se estruturou através do modelo de colonização adotado. Não se pode afirmar que houve uma uniformidade étnica, visto que na região também viviam muitos caboclos que se dedicavam ao trabalho informal na agricultura e em atividades sazonais, além de alguns descendentes de nativos indígenas que historicamente ocuparam a região. Mas é possível afirmar que, por meio de uma política oficial de colonização se formou uma

identidade étnica consistente, baseada na cultura germânica e no confessionalismo católico-cristão.

Figura 1 – Estado de Santa Catarina com destaque para a região do município de Itapiranga.



Fonte: Google Maps (2017).

Entende-se que a formação de uma identidade está atrelada a constituição de uma rede de vínculos sociais, culturais e subjetivos, que se alicerça mais nas redes de pertencimento coletivo, o que Bauman (2003) denominou de pactuação. Entendimento, ou pactuação, é a base da comunidade. O entendimento na comunidade é tácito por natureza, constituindo-se como um arranjo subjetivo. Esse arranjo neste caso apresentado moldou-se pela identidade étnica, pela noção de comunidade, de solidariedade diante das dificuldades de vida, pela religiosidade densamente padronizada, pelos padrões culturais simbólicos.

Esses valores de pactuação e entendimento formataram uma identidade coletiva e subjetiva alicerçada em um ideal de comunidade católica-cristã, que se manifestou nas tradições

culturais, como a música e a literatura, na arquitetura, nas formas de vida, nas relações simbólicas, nos padrões sociais. Não é o objetivo deste estudo problematizar a noção de identidade, que varia de intensidades conforme se constituem as relações históricas - mas para fins de compreensão - afirma-se que houve historicamente na região a formação de uma identidade baseada na cultura teuto-brasileira. E essa condição histórica se refletiu nos padrões arquitetônicos locais.

Arquitetura religiosa

A colonização Porto Novo pode ser considerada uma iniciativa da Igreja Católica, mais precisamente da Congregação dos Jesuítas. Como vimos, um dos requisitos para se adquirir terras na colonização era a ascendência étnica germânica e de confissão católica. Presentes nas colônias alemãs do Sul do Brasil desde o século XIX, os jesuítas demonstravam uma preocupação no início do século XX quanto à condição dos fiéis, principalmente dos agricultores, diante das limitações produtivas e das condições ideológicas a que estavam expostos, principalmente em termos de comunismo e liberalismo, aspectos considerados subversivos e desumanos. Os esforços se direcionaram no sentido de um acompanhamento e de um tutelamento junto às colônias no sentido de resguardar padrões de vida e de sociedade defendidos pela Igreja Católica. A congregação dos jesuítas mantinha desavenças com políticos liberais e comunistas, com a imprensa e os maçons (SCHUPP, 2004). Daí a ideia de se criar uma colônia nova, que servisse como uma espécie de vitrine para o trabalho dos Jesuítas em território brasileiro, necessariamente uma colônia que buscasse cultivar os valores católicos e alemães (WERLE, 2011).

Essa possibilidade surgiu no início do século XX com a compra de uma gleba de terras no extremo oeste catarinense, onde foi fundado o empreendimento Porto Novo. O que interessa, neste momento, é destacar a importância que os padres jesuítas tiveram no desenvolvimento da colônia, desde a

idealização do projeto até a assistência espiritual e comunitária dada aos colonos que compraram terras nessa colonização.

A religiosidade pode ser considerada a característica central do desenvolvimento da colônia Porto Novo, fomentada insistentemente pelos padres jesuítas nas famílias, na escola e na catequese. Todos os católicos da colônia, alguns com mais intensidade, outros com menos, estavam vinculados aos princípios doutrinários, padrões de comportamento social e familiar nos conselhos pregados pelo clero nas homilias, catequese e meios de imprensa. As palavras dos religiosos sobre os fiéis serviam de diretrizes seguras, visto que aquelas tinham um poder de persuasão e decisão.

A importância da arquitetura religiosa para a região pode ser constatada nos dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2010, no município de Itapiranga, 90% da população era de religiosidade católica-cristã; em São João do Oeste esse percentual era de 98%; e em Tunápolis 96% da população se identificou como católica. A representatividade do catolicismo-cristão demonstra a relevância das edificações religiosas para o cenário urbano e rural dos municípios (IBGE, 2010).

Outro fator importante a se destacar da importância que o clero desempenhava perante a sociedade é a ausência do Estado nas três primeiras décadas de colonização de Itapiranga. De 1926 a 1954, ano da emancipação do município, os órgãos governamentais e as ações de governo, tanto do Governo do Estado de Santa Catarina bem como do município de Chapecó, fizeram-se sentir muito pouco na região. Assim, o clero por intermédio da Companhia de Jesus e das Irmãs da Divina Providência, ficou responsável por coordenar a implantação de hospitais, a construção de escolas e igrejas, juntamente com a direção da Colonizadora *Volksverein*. O clero era a personificação da ausência do próprio Estado e pela motivação social e espírito comunitário, engajava a sociedade a colaborar de forma coletiva na edificação de uma infraestrutura necessária para a sobrevivência da população local. Outro fator importante da influência dos padres jesuítas

sobre a população era o poder de persuadi-los a contribuir financeiramente ou com dias de trabalho, em obras de caráter público e relevância coletiva. Assim, todos eram coagidos a trabalhar na construção de igrejas e escolas, centros comunitários, e a investir em obras consideradas pelo clero como alternativas para a manutenção dos padrões culturais da colônia Porto Novo (EIDT; SILVA, 2011).

No entanto, a importância que se pode denotar aos padres jesuítas no desenvolvimento da colônia Porto Novo além da assistência religiosa, era a influência que o clero passou a ter sobre questões cotidianas dos moradores da colônia. Nesse sentido, passou-se a instruir os colonos sobre questões relativas à prática agrícola e investimentos financeiros. Nessa conjuntura deve-se destacar o papel dos Congressos Católicos, os *Katholikentag*, organizados na Alemanha e também nas colônias do Sul do Brasil.

Em Itapiranga, o primeiro Congresso Católico foi organizado em 1934, tendo a participação de em torno de 2.000 pessoas durante os quatro dias do evento. Segundo Jungblut (2000), a população de Itapiranga em 1937 era 4 mil habitantes, aspecto que fortalece a relevância dos Congressos Católicos. Desse Congresso, destacamos as discussões referentes à indissolubilidade do casamento, os futuros homens, a beleza de uma virtuosa sexualidade, a força da fé dos santos mártires, a fortificação da fé entre os colonos, conjuntura da agricultura no período, questões de saúde mental e corporal, fontes de ameaça contra a fé e o bem-estar do corpo e da alma das pessoas do interior, a falsa economia na educação e na leitura, fidelidade à cultura, à fé e ao modo de viver dos antepassados (WERLE, 2006).

A colonização foi estruturada com a formação de lotes rurais, pelo sistema de linhas coloniais, que confluíam para um centro comunitário, onde, na maioria das vezes se encontrava uma igreja, uma escola, um centro comunitário e uma casa comercial. A igreja desempenhava papel significativo nesse cenário comunitário, refletindo a influência da religiosidade no cotidiano colonial. Reside nesse aspecto a relevância

patrimonial da arquitetura religiosa local, como elemento simbólico de convergência e de referencial da paisagem comunitária.

As primeiras igrejas foram construídas de forma rústica visando a urgência de um espaço de religiosidade. Com o desenvolvimento das comunidades, principalmente a partir da década de 1950, começou-se a construir edificações religiosas de porte mais avantajado e de valor arquitetônico mais substancial, refletindo o poder econômico da linha colonial e obviamente pelo aumento populacional que segundo Jungblut (2000) em 1950 era composta de 7.013 habitantes. A maioria dessas edificações religiosas é preservada na atualidade e grande parte foi construída com madeira e outras edificadas com blocos de pedra e cimento, sendo de valor patrimonial considerável.

A tipologia de estilo dessas edificações varia bastante, sendo reflexo do ecletismo da arquitetura religiosa contemporânea. No entanto, é possível identificar diversos elementos de arquitetura eclética, em uma referência ao padrão neogótico europeu em muitas das edificações locais, como pináculos, rosáceas, arcos ogivais, vitrais coloridos. O ecletismo da arquitetura brasileira se refletiu nas edificações religiosas tendo como influência o neogoticismo em voga na Europa no final do século XIX (MAIOLINO, 2007). Além disso, há uma riqueza em arte sacra no interior desses templos religiosos, elemento que vem de encontro à dimensão da noção de patrimônio material e imaterial.

Como igrejas construídas em madeira podemos destacar-se as de grande porte como a Igreja Matriz da Paróquia São João Berchmans em São João do Oeste, a Igreja São Rafael na localidade de Popi no interior de Itapiranga. Com porte menor, pode ser citada no município de São João do Oeste a igreja de Linha Macuco; já no município de Itapiranga a igreja de Linha Santa Cruz.

As edificações religiosas construídas em madeira representam um período da história local em que a atividade madeireira representava uma importante atividade econômica

na região e havia uma disponibilidade e variedade de matéria prima. Essas edificações podem ser consideradas símbolos desse ciclo econômico da madeira que teve seu auge desde o início da colonização até por volta da década de 1960, quando a extração da madeira começou a ser mais limitada (BAVARESCO, 2005). Reside nesse aspecto o significado simbólico dessas edificações em madeira, as quais, além da simbologia religiosa e da tipologia arquitetônica, carregam uma simbologia econômica como memória de um ciclo econômico importante para o desenvolvimento local, que se manifestou por meio da atividade das serrarias e da extração dos recursos naturais.

Figura 2 – Foto da Igreja São Rafael sendo construída em 1952 e seu aspecto contemporâneo. Arquitetura em madeira.



Fonte: Blog Patrimônio Alto Uruguai (2017).

Na arquitetura em madeira detectada nas edificações analisadas, podem-se perceber elementos que convergem para o estilo enxaimel. Esse aspecto merece um estudo mais detalhado da estrutura e das formas construtivas; contudo com uma observação superficial das edificações existentes e das que já foram demolidas, pela análise de fotografias, notam-se elementos em enxaimel nessas edificações. O enxaimel ainda merece um estudo mais aprofundado na região de Itapiranga, mas representa um padrão arquitetônico muito utilizado em colonizações germânicas no Sul do Brasil. A estrutura

do estilo enxaimel é composta por um tramado de madeira, onde as peças horizontais, verticais e inclinadas encaixam-se entre si; os tramos são posteriormente preenchidos com taipa, adobe, pedra, tijolos, etc. (WEIMER, 2005).

Já a arquitetura religiosa em concreto/alvenaria é bastante eclética na região. É preciso destacar que as edificações construídas por volta das décadas de 1950/1960 tem forte influência neogótica. Já as edificações mais contemporâneas possuem um estilo mais eclético e moderno. Pode-se considerar que as edificações com influência neogótica foram construídas em um contexto em que a religiosidade e a influência do catolicismo era mais presente, visto que essas edificações exigiam um empenho financeiro e físico maior, pois a maioria delas foi construída através de mutirão. Podem-se destacar nesse sentido, a Igreja Matriz da Paróquia São Pedro Canísio em Itapiranga e a Igreja Cristo Rei, localizada no interior do município de São João do Oeste.

Figura 3 – Foto da Igreja Cristo Rei, construída em 1955. Foto de 2013.



Fonte: Acervo dos autores.

Analisando as Figuras 3 e 4, percebe-se uma forte influência eclética na fachada e na estrutura das edificações.

Destaca-se o neogótico revivalista, estilo originário da Europa, inspirado no gótico medieval, que se popularizou no Brasil a partir do final do século XIX, principalmente nas regiões de colonização europeia (MAIOLINO, 2007). É um estilo arquitetônico monumental aplicado geralmente em edificações religiosas, mas que também pode ser percebido em edificações civis. Nas edificações locais, percebem-se elementos caracterizantes como pináculos, vitrais coloridos, contrafortes, arcos ogivais, rosáceas, torres pontiagudas e esguias.

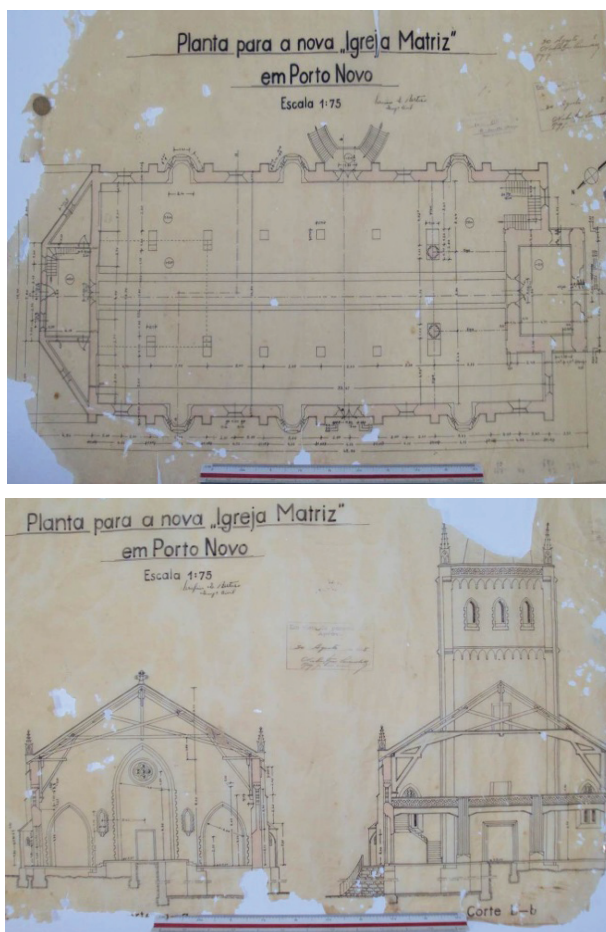
Figura 4 – Foto da Igreja Matriz da Paróquia São Pedro Canísio, com elementos de arquitetura neogótica nas fachadas frontal e lateral. Foto de 2016.



Fonte: Acervo dos autores.

A Igreja da Paróquia São Pedro Canísio foi edificada entre 1943 e 1951, sendo a planta do projeto assinada pelo engenheiro Serafim Bertaso de Chapecó (Figura 5). Já Jungblut (2000) afirma que o projeto arquitetônico foi desenvolvido por Hans Schaefer e Valério Alberton. Inicialmente a obra foi desenvolvida no entorno da primeira igreja, construída em madeira. Podemos perceber no desenho da fachada elementos caracterizantes que fazem referência ao movimento neogótico, como a torre sineira em formato piramidal e a rosácea na fachada frontal.

Figura 5 – Projeto de edificação com perspectiva de planta baixa e fachada frontal.



Fonte: Arquivo Paróquia São Pedro Canísio de Itapiranga, 2016.

Na Figura 5 nota-se que a planta baixa contempla uma única nave central. Na fachada frontal com a perspectiva estrutural, percebe-se um sistema de contrafortes e arcobotantes. O elemento decorativo na fachada é caracterizado por um relevo, como podemos perceber na Figura 4, característica do movimento neogótico que reduziu o ornamento ao estritamente necessário e útil, principalmente no Brasil.

Arquitetura civil: a casa comercial

Os comerciantes foram influentes no desenvolvimento da colônia Porto Novo, porque representaram a perspectiva de desenvolvimento econômico com a geração de divisas financeiras, uma espécie de excedente monetário produzido pela comercialização dos produtos de valor comercial produzidos pelo colono. Da mesma forma, foram os comerciantes que ofereciam em troca de dinheiro ou de produtos coloniais, a matéria prima de consumo necessária para a sobrevivência da colônia e que não poderia ser produzida nas propriedades da região.

O surgimento das casas comerciais está diretamente ligado com a divisão dos lotes e com a formação de centros comunitários. Todas as estradas e picadas interligavam-se com um centro comunitário, onde, via de regra, existia a escola, a igreja e a casa comercial. Essas estradas e a localização do comércio formavam o precário sistema de logística nas primeiras décadas da colonização, pelo qual a produção escoava para ser comercializada.

O comércio, loja, ou a venda, como era chamada, teve seu desenvolvimento alicerçado no desenvolvimento da própria colônia e na capacidade de os colonos em produzirem excedentes para a comercialização. Esse desenvolvimento nas primeiras décadas de colonização, da mesma forma como nas colônias velhas do Rio Grande do Sul, como demonstra o estudo de Roche (1969), estava diretamente ligado ao sistema de trocas, cuja influência foi decisiva na produção e na economia das colônias. Nesse sentido, Roche (1969) afirma

que se formou uma simbiose entre o comércio e a agricultura, entre o comerciante e o colono.

A classe comercial também foi importante para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, estado de origem de muitos migrantes que colonizaram Porto Novo, com destaque para as regiões de colonização europeia. Conforme Tedesco (2008, p.101),

Insistimos na centralidade dos caminhos que levavam aos comerciantes na vida dos colonos e das colônias, bem como dos colonizadores e colonizadoras; sem eles, esses e consumidores urbanos e mesmo rurais teriam dificuldades de acesso e de satisfação de suas necessidades, bem como formas modernas de agroindústrias teriam dificuldade de se desenvolver.

A casa comercial nas três primeiras décadas de colonização de Porto Novo funcionava de uma forma bem rústica. Geralmente eram comercializados ali produtos de necessidade básica dos colonizadores, como alimentos não produzidos na propriedade, bem como roupas e utensílios agrícolas. Geralmente cada casa comercial possuía um armazém para estocar a produção e um caminhão para o transporte das mercadorias.

Seyferth (1995. p. 95), em seu estudo sobre a colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim, em Santa Catarina, também condiciona a importância do comerciante para o desenvolvimento da colônia ao destacar que,

Os proprietários de casas comerciais, as *Kaufläden*, onde os colonos vendiam ou trocavam sua mercadoria por subsistência. [...] A sobrevivência dos colonos nos seus lotes dependia estritamente da existência de uma parte da produção para vender no mercado, e da compra de gêneros nesse mesmo mercado, embora as transações em dinheiro não fossem tão frequentes. A venda foi extremamente importante, uma vez que toda a economia colonial girava em torno dela e apenas com poucas exceções as transações comerciais tomaram outro rumo.

Conhecido na região como *geschäftsmann*, ou homem de negócios, o comerciante geralmente vinha das colônias do Rio Grande do Sul com a atividade comercial herdada de família. O comerciante era um personagem que detinha grande prestígio na comunidade, sendo um líder político e conselheiro dos colonos para as mais diversas atividades, como investimentos e atividades agrícolas.

Conforme Roche (1969, p. 581),

Os comerciantes rurais tiveram consciência de pertencer a uma classe cujo tronco era o negócio, mas no qual podiam enxertar ramos diferentes e cujos frutos recompensavam largamente sua iniciativa (...) Além disso, tiveram consciência de encarnar essa classe e de elevá-la acima do meio rural circundante, não fosse senão porque a criação e a gestão de seu negócio deram aos comerciantes rurais o hábito e o gosto da responsabilidade a aptidão e a preparação para o mando. Os empreendimentos coletivos e os jogos da política, decidiam-se ou faziam-se geralmente em suas vendas e, na realidade, sob sua direção.

O comerciante comprava o excedente da colheita, fazia pequenos financiamentos e vendia produtos para os colonos, criando um compromisso de fidelidade e cega confiança. Os acertos de conta eram feitos por ocasião da colheita, da venda de fumo ou de porcos. Como o colono devia na loja do comerciante, ele se sentia na obrigação moral de entregar a sua produção. Em não poucos casos os colonos depositavam suas economias no caixa da casa comercial, como uma espécie de banco informal. “Assim o comerciante era admirado, tido como modelo, pois era ele quem comprava, vendia, financiava, que fazia corridas para a cidade ou ao hospital, que dava conselhos” (JUNGBLUT, 2000, p. 472).

Figura 6 – Casa comercial em Itapiranga, década de 1940.



Fonte: Jungblut (2000)

A família do comerciante era muito respeitada nas relações comunitárias. Os membros de sua família eram atuantes nos conselhos comunitários e em não poucos momentos líderes respeitados e idolatrados pelos colonos. Em algumas localidades maiores, podiam-se encontrar duas ou mais casas comerciais e as famílias que administravam esse comércio não raras vezes alimentavam intrigas e disputas pelo poder político e econômico sobre a comunidade, causando muitas vezes intrigas que dividiam grupos sociais, subordinados, influenciados e sob tutela de determinados comerciantes. No entanto, pelo seu poder ideológico, econômico e político, muitos comerciantes também eram repudiados e odiados na colônia, principalmente por aqueles que se sentiam lesados nas transações comerciais, estas que, na maioria das vezes, favoreciam o comerciante em detrimento do colono produtor da matéria-prima (FRANZEN, 2014).

Devido à importância da casa comercial e do comerciante para a dinâmica econômica e política da colonização Porto Novo, a casa comercial geralmente estava localizada na região central da aglomeração urbana ou da vila, desempenhando papel importante na paisagem local. Gislou (2013) defende a ideia de que nas colonizações alemãs do Sul do Brasil, no traçado original das formações urbanas, a rua comercial ocupava um papel central, com a Igreja

localizada em uma elevação ligeiramente afastada dos eixos principais. Do centro comercial, de maneira geral, fluíam os tracejados das ruas secundárias e das linhas coloniais rurais. Esse elemento atribui um papel considerável para a atividade comercial no cenário da vila e da cidade e obviamente um protagonismo da edificação comercial na paisagem. Por isso a edificação apresentava elementos arquitetônicos diferenciados e mais requintados em comparação às demais edificações. Essa característica esteve atrelada ao poder econômico da família do comerciante e ao desenvolvimento da agricultura e do comércio no contexto local. Nas primeiras décadas era o comerciante quem recebia as famílias migrantes, e estas, ao comprarem um lote rural, ali se alojavam provisoriamente até que a estrutura na propriedade estivesse pronta.

Na Figura 7 verifica-se a localização da casa comercial no tracejado original do centro urbano da Vila São João no ano de 1953, atual sede do município de São João do Oeste. A edificação foi construída no ano de 1947. Percebe-se a confirmação do que foi contextualizado por Gislon (2013), pois a casa comercial (4) está localizada na principal rua da vila, atualmente a Rua Santa Cruz, e a Igreja (2) situada com uma leve elevação. Diversas outras casas comerciais se instalaram ao longo da Rua Santa Cruz, reconhecida atualmente como o centro da cidade.

Figura 7 – Casa comercial (4) e Igreja (2) no cenário da Vila São João.



Fonte: Arquivo da Casa da Cultura de São João do Oeste.

A Figura 8 é uma perspectiva da Rua do Comércio da cidade de Itapiranga, paisagem que se constituiu desde o princípio da colonização é elemento irradiador do processo de desenvolvimento urbano da cidade. Nota-se que a tese de Gislon (2013) se confirma também no cenário urbano de Itapiranga, visto que a Igreja se eleva a rua central da cidade, que possui principalmente edificações comerciais.

Figura 8 – Rua do comércio de Itapiranga, década de 1960.



Fonte: Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller.

Historicamente a casa comercial desempenhava um papel de destaque no cenário urbano. Primeiramente por ser um centro de referência para a colonização e para a população urbana e rural. Ali as pessoas adquiriam os mantimentos necessários para a família e a propriedade e reuniam-se na bodega para tomar cerveja ou cachaça, falar sobre política e economia, jogar baralho e tratar de negócios com o comerciante. O interior da casa comercial incluía rolos de tecido em metro, fumo manufaturado, baleiros e balcões em madeira caracterizantes do espaço. Todos esses elementos remetem a uma nostalgia e uma memória. Muitas famílias do interior dedicavam uma parte do dia para ir ao comércio na cidade ou na vila rural, atividade aguardada com entusiasmo por grande parte da família.

Além disso, as casas comerciais de maior porte incluíam um silo e um depósito onde era depositada a produção agrícola.

No entorno da casa comercial, de maneira geral, existiam outras atividades comerciais e manufatureiras, como o moinho e a ferraria. Nos fins de semana, em muitas casas comerciais o depósito geralmente era transformado em salão de baile onde ocorriam festas e celebrações, aspecto que torna ainda mais simbólica essa edificação.

Em uma perspectiva arquitetônica, muitas casas comerciais eram construídas em dois ou até três pavimentos, dependendo do poder financeiro. No período em que a maioria dessas edificações foi construída, entre as décadas de 1920 e 1960, a Arte Déco influenciou muitas construções em nível local. Esse é um elemento caracterizante das edificações no estado de Santa Catarina, construídas em alvenaria em substituição às antigas construções em madeira (ISHIDA, 2013).

Figura 9 – Rua do Comércio de Itapiranga, 1968.



Fonte: Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller.

Nas Figuras 8 e 9 constata-se que muitas das edificações da Rua do Comércio já estavam construídas em dois ou três pavimentos. Ao analisar as fachadas, percebe-se traços do elemento decorativo da Arte Déco, movimento que surgiu na Europa e se expandiu pelo Brasil a partir da década de 1920 influenciando a arquitetura, a arte decorativa, design de interiores e pode ser caracterizado como um movimento eclético influenciado pelo cubismo, construtivismo, modernismo,

arte nouveau e futurismo. Apesar da manifestação bastante modesta, a Arte Déco pode ser identificada pela volumetria e adoção de regras referentes à simetria, axialidade e hierarquia na distribuição da planta, como destaca Correia (2008, p. 49), através da “organização das fachadas e na disposição da volumetria, expressas, entre outras coisas, na ênfase conferida ao acesso principal e na repartição da fachada em base, corpo e coroamento”.

A Arte Déco é um elemento bastante presente no cenário urbano brasileiro e como um todo simboliza um período em que os padrões modernistas começavam a se manifestar e os debates sobre a racionalização da ornamentação estavam em voga (VIANA, 2008). A Arte Déco pode ser percebida como uma exponencialização de um ecletismo saudosista e revivalista, onde o ornamento e a fachada representavam uma arte de significar valores do passado diante dos princípios de modernidade. Em não poucos casos percebe-se elementos de referência ao barroco colonial, como demonstra a Figura 10, onde as pilastras e o jogo de volumes na fachada criam uma composição estética requintada, mesmo que de forma austera, compondo uma cobertura flexionada que caracteriza grande parte das edificações coloniais do local.

Figura 10 – Comercial Schoeler, Sede Capela, interior de Itapiranga. Edificação construída em 1928.



Fonte: Acervo dos Autores.

Na Figura 10 há uma edificação construída em alvenaria no ano de 1928, primórdios da colonização, que serviu de casa comercial de considerável influência local. Atualmente ela se encontra em bom estado de conservação. Na edificação constata-se uma simetria de fachada e o telhado em formato de chalé, elemento bastante presente nas edificações históricas, com um ambiente no pavimento superior, o sótão, que em alemão é denominado de *Speicher*. O sótão na casa comercial poderia ser utilizado como celeiro para o depósito de produtos; mas em alguns casos era utilizado como dormitório, principalmente nas casas comerciais que serviam de hotel para os colonizadores que chegavam pelo Rio Uruguai.

A figura do comerciante e a representatividade da casa comercial foram ressignificadas com o desenvolvimento da região, principalmente a partir do processo de modernização da agricultura, pelo fortalecimento das agroindústrias e pelo sistema de integração. A agricultura moderna implantou novos modos de produção e constitui um vínculo direto do agricultor com a agroindústria por intermédio do sistema de integração. Essa realidade se formatou na região a partir da década de 1960 e se intensificou a partir da década de 1970. O sistema de integração na produção de suínos, de aves, de leite e de fumo, vinculou o agricultor diretamente à agroindústria fornecedora de todos os instrumentais necessários para a produtividade bem como a assistência técnica. Como reflexo para esta análise, considera-se que a agroindústria voltada para a produção em larga escala para o mercado nacional e internacional diminuiu as cadeias curtas e instaurou cadeias produtivas mais longas, aspecto que gradativamente cortou o vínculo simbólico do comerciante local e a sua representatividade anteriormente analisada (FRANZEN, 2014).

Nesse sentido, a grande maioria das casas comerciais, principalmente as localizadas no interior do município, perderam significância encerrando suas atividades. Mas o patrimônio arquitetônico das edificações comerciais continua presente na paisagem local, havendo muitas vezes o abandono ou até mesmo a adequação e restauração do espaço para

outras atividades. Muitas edificações foram reformadas ou restauradas, sobretudo pela persistência e do interesse das famílias em manter viva a memória dos tempos do auge da casa comercial, um bem simbólico familiar. No entanto, outras sofrem com a expansão urbana e pelo interesse imobiliário estando expostas a demolições e depredações. Essas edificações têm um grande potencial de memória e de identidade, pois representam um bem patrimonial considerável para a história local e pela sua significância arquitetônica e urbanística.

Arquitetura enxaimel: uma identidade germânica?

Os fluxos migratórios fazem parte da condição humana ao longo da história, motivadas por inúmeros fatores econômicos, políticos, sociais e culturais. De maneira geral, o imigrante é motivado a mudar de local para encontrar melhores condições de vida. O aspecto que se pretende destacar nesse estudo é o fato de que a imigração acarreta uma mudança de território, mas não necessariamente de condição subjetiva, cultural ou social. A cultura, por exemplo, transmigra junto, reconfigurando-se, moldando-se ou até mesmo permanecendo intacta de forma original, dependendo das novas condições de vida e dos simbolismos existentes para manter a tradição e os fundamentos culturais originais. Todavia, de maneira geral, ocorre um sincretismo entre o antes e o depois, forçando um novo padrão cultural, um novo modo de vida que subsiste com a memória diante dos novos contextos advindos de um novo território e de uma nova realidade.

Neumann (2016) entende de que os imigrantes alemães que se instalaram no Sul do Brasil não eram necessariamente pobres, mas sim, pessoas que tinham razoáveis condições de vida e certa instrução educacional na Alemanha. Tendo em vista que os padrões culturais transmigram com o imigrante, vários valores de cultura e sociedade originários da Alemanha foram levados para o Brasil, adaptando-se a limitações e condicionantes do espaço. Um desses valores se refletiu na arquitetura mediante a construção de edificações em estilo enxaimel.

O enxaimel é um estilo arquitetônico, estrutural e estético, típico dos países germânicos como a Alemanha, a Áustria e a Suíça. É uma linguagem arquitetônica bastante simbólica com um potencial de identidade patrimonial considerável, tanto é, que é adotado na maioria das colonizações germânicas no Brasil, tanto no espaço urbano como no rural, em residências, edificações comerciais, templos religiosos e centros de convivência comunitária.

A arquitetura em enxaimel teve de ser ressignificada pelos imigrantes ao edificarem suas residências no Brasil principalmente pelas condições do clima. A necessidade de um isolamento térmico pode ser reconfigurada pela menor intensidade do frio bem como, implantação da sacada (Figura 11) e da varanda como elemento complementar devido ao calor e às chuvas mais intensas.

Deve-se mencionar que a campanha de nacionalização do Estado Novo (1939-1945) afetou consideravelmente a cultura alemã no Brasil, desde aspectos do idioma, da tradição e da cultura escolar, refletindo-se inclusive no estilo de edificação residencial enxaimel (NEUMANN, 2003). Outro elemento a considerar é de que parcela da população que se instalou na Colonização Porto Novo era imigrante originária da Alemanha, mas a grande maioria era migrante das antigas colônias alemãs do Sul do Brasil, os denominados teuto-brasileiros, segunda ou terceira geração dos imigrantes alemães do século XIX.

A partir das décadas de 1970 e 1980, quando muitas cidades de colonização alemã começaram a estimular suas práticas culturais e turísticas, voltaram à tona os debates quanto ao patrimônio histórico e cultural. Na maioria dessas iniciativas buscou-se elencar elementos de identidade que caracterizassem elementos de tradição locais. Nesse sentido, as tradições germânicas se exponencializaram e o patrimônio arquitetônico em enxaimel passou a ser uma vitrine de identidade germânica, principalmente como instrumental turístico. Diversas iniciativas se constituíram como a Rota Romântica no Rio Grande do Sul e a Rota do Enxaimel em

Santa Catarina. A proliferação das festas germânicas, como a Oktoberfest em Blumenau, serviram como referencial para a explosão do enxaimel como elemento de identidade germânica edificada. Nesse contexto, o enxaimel, em certa medida se vulgarizou, tornando-se um elemento muito mais estético do que estrutural no sentido de refletir uma identidade simbólica ressignificada diante de políticas de fomento ao turismo, recebendo a denominação de neoenxaimel ou pseudo-enxaimel (VEIGA, 2014).

Figura 11 – **Perspectiva de uma residência enxaimel de Itapiranga.**



Fonte: Acervo dos Autores.

Esse é um dos elementos problemáticos da questão patrimonial, principalmente na esfera do patrimônio edificado, que é ressignificado com o passar dos tempos com o surgimento de novas demandas, novas tecnologias, novos elementos estéticos e estruturais e, principalmente, pela relação custo e benefício. Essa é uma discussão abrangente e problemática, que se torna mais significativa quando a arquitetura é utilizada para estimular identidades históricas e culturais diante de uma exigência econômica ou turística.

Em Itapiranga há considerável ocorrência de edificações em estilo enxaimel construídas nas primeiras décadas de colonização, principalmente em residências na área rural e em igrejas em madeira. A maioria das edificações é de propriedade

privada, tornando o custo de manutenção um problema na sua conservação. Em decorrência disso, muitas já foram demolidas o que representa uma perda patrimonial irremediável,

Fato a destacar é de que nos últimos anos o enxaimel vem sendo utilizado como elemento arquitetônico que constitui uma identidade histórica e cultural local. A Prefeitura Municipal de Itapiranga, através da Lei Orgânica Municipal de 2013, em seu Artigo 110, estipula que “toda edificação histórica” deverá ser “cadastrada” para um “futuro projeto de tombamento”, estipulando inclusive que “toda edificação nova que for construída em “estilo enxaimel” receberá estímulo de isenção de IPTU de registro de planta” (ITAPIRANGA, 2013). Essa iniciativa representa um estímulo do poder público municipal para a construção de edificações que remetam a uma simbologia de identidade germânica. O problema é que a Lei não estipula características técnicas, estruturais e estéticas do que representa o estilo enxaimel. Esse problema abre brechas para simples interpretações do que o caracteriza, estimulando a nosso ver, a vulgarização e a banalização da mesma forma como ocorre em outras cidades.

Figura 12 – Edificações com referência à linguagem enxaimel: Complexo da Oktoberfest (A) e Edifício Rádio Peperi (B).



Fonte: Acervo dos Autores.

Dessa forma, o que se percebe no cenário local é o aumento da quantidade de edificações que remetem à simbologia arquitetônica enxaimel, principalmente com elementos decorativos e estéticos colados na fachada, como vemos na Figura 12. Isso pode ser percebido em edificações de cunho comercial visando estimular uma identidade local e também no Complexo Oktoberfest espaço que recebe a Oktoberfest, considerada a maior festa do município de Itapiranga. Os mesmos elementos também podem ser percebidos nos municípios de São João do Oeste e Tunápolis.

Por isso, esse estudo busca alertar para o fato de que é necessário ter um cuidado para que não se cometam excessos decorativos de elementos que pretendem reproduzir um padrão arquitetônico, observando principalmente que o enxaimel originalmente deve ser considerado muito mais estrutural do que estético. Entende-se que a arquitetura contemporânea faz uso de simbologias plásticas para valorizar elementos de memória e de história, mas é importante considerar a relevância das edificações históricas que carecem de políticas patrimoniais e de restauração. Para a execução de projetos nesse sentido, é preciso ocorrer uma pesquisa e um estudo de caracterização a fim de não cair em uma vulgarização desse elemento arquitetônico meramente para estimular uma identidade cultural, evitando o que Brandi (2004, p. 33) denominou de “falso artístico” ou “falso histórico”.

Considerações finais

Patrimônio, memória e identidade são três elementos que convergem de variadas formas, tendo ambos o potencial de significar padrões culturais e históricos. Nessa perspectiva o patrimônio edificado e a arquitetura se relacionam formando um contexto de identidade e simbologia. Logo, as edificações desempenham um papel importante no cenário urbano e rural, sendo um aspecto presente e simbólico na paisagem do local.

Nesse sentido, neste estudo foram contextualizados elementos que se manifestam nos municípios da antiga

colonização Porto Novo, empreendimento colonizador que se estruturou sob a perspectiva do confessionalismo católico e da etnicidade germânica. Também foram analisados alguns aspectos que se refletem na perspectiva da arquitetura religiosa, da simbologia da casa comercial e da complexa questão da arquitetura enxaimel em uma perspectiva patrimonial, de identidade e de memória para o local. Considera-se ainda, que essas três manifestações bastante simbólicas acerca de uma discussão de patrimônio e sua relação com uma ideia de identidade e de memória, não somente para a execução de projetos de fomento ao turismo, como também para futuras iniciativas de tombamento patrimonial.

Referências

BADALOTTI, Claudine M. **Arquitetura, etnicidade e patrimônio:** as construções da imigração italiana na Rota dos Caminhos de Pedra no Rio Grande do Sul. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015.

BAVARESCO, Paulo. **Ciclos econômicos regionais:** modernização e empobrecimento no Extremo Oeste Catarinense. Chapecó: Argos, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BLOG PATRIMÔNIO ALTO URUGUAI. Disponível em: <<http://patrimonioaltouruguai.blogspot.com.br/2017/07/igreja-sao-rafael-linha-popi-itapiranga.html>> Acesso em: 2 ago. 2017.

CARTA DE BRASÍLIA. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (IPHAN), 1995.

CASA DA CULTURA DE SÃO JOÃO DO OESTE. **Acervo fotográfico.**

CORREIA, Telma. Arte déco e indústria: Brasil, décadas 1930 e 1940. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 47-104, jul./dez. 2008.

EIDT, Paulino; SILVA, Edinaldo Enoque. **Porto Novo:** do reino religioso ao poder de mercado. Curitiba: CRV, 2011.

FRANZEN, Douglas Orestes. **Frigorífico Safrita**: um projeto de desenvolvimento regional no Extremo Oeste catarinense. Porto Alegre: Letra & Vida, 2014.

GISLON, Jacinta Milanez. **A invenção da cidade germânica**: tradição, memória e identidade na arquitetura contemporânea de Forquilha/SC. 2013. 173 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis, 2013.

GOOGLE MAPS. **Itapiranga**. 2017. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Itapiranga,+SC,+89896-000/data=!3m1!1s0x94fbb6379705d2a1:0xb911484515a4a14a?sa=X&ved=0ahUKEwirisOpz9jXAhXCGpAKHaWOD-UQ8gEIhwEwDw>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 14. ed. Rio de Janeiro, DP & A, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

ISHIDA, Americo. Art Déco: um estilo universal. In: ISHIDA, Americo; BORNHAUSEN, Eliana Zimmermann; VARELA, Iáscara Almeida; TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura; PEIXER, Zilma Isabel. **Memórias, ausências e presenças da arte déco em Lages**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p. 43-52.

ITAPIRANGA. Prefeitura Municipal. **Lei Orgânica Municipal**. Itapiranga. Disponível em < <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>>. 2013.

IZQUIERDO, Ivan. Memórias. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 89-112, ago. 1989.

JUNGBLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica e Editora, 2000.

MAIOLINO, Cláudio Forte. **Arquitetura religiosa neogótica em Curitiba entre os anos 1880 e 1930**. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MORIN, Edgar. **O método 5**: a humanidade da humanidade. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MUSEU COMUNITÁRIO ALMIRO THEOBALDO MÜLLER. **Acervo fotográfico**.

NEUMANN, Rosane Márcia. **Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor!:** as colônias germânicas e a campanha de nacionalização. 2003. 324 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

_____. Porto Novo: a Canãa dos colonos e imigrantes alemães católicos na década de 1920. In: FRANZEN, Douglas; MAYER, Leandro (Org.). **Porto Novo 90 anos:** perspectivas históricas e contemporâneas. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 36-48.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Tradução Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SCHUPP, Ambros. **A missão dos jesuítas no Sul do Brasil.** Porto Alegre: Editora Unisinos, 2004.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim:** um estudo de desenvolvimento. Porto Alegre: Movimento, 1999.

STRIEDER, Roque. **Produção Agrícola Integrada:** A emergência humana do trabalhador agrícola. São Miguel do Oeste: Mclée, 2000.

TEDESCO, João Carlos. **De olho na balança!** Comerciantes coloniais no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX. Passo Fundo: Méritos; Porto Alegre: EST, 2008.

TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces:** introdução a uma análise sócio-histórica da memória. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.

VEIGA, Maurício. Arquitetura neoenxaimel em Santa Catarina: a invenção de uma arquitetura típica. **Revista Confluências Culturais**, v. 3, n. 1, p. 81-98, 2014.

VIANA, Alice de Oliveira. **A persistência dos rastros:** manifestações do art déco na arquitetura de Florianópolis. 2008. 68 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

WEIMER, Günter. **A arquitetura popular da imigração alemã.** 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

WERLE, André Carlos. **A revista de tropas do exército católico alemão**: congresso católicos na Alemanha e no Sul do Brasil. 2006. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

WERLE, André. **Porto Novo**: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina. Curitiba: CRV, 2011.

Submetido em: 15/08/2017

Aceito em: 12/12/2017

ARCHITECTURE, MEMORY AND IDENTITY: INTERFACES OF THE PATRIMONY BUILT IN THE FAR-WEST OF SANTA CATARINA

Abstract

The relation between patrimony, memory and identity composes a relation of ambivalence and complementarity. Patrimony is constituted as a symbolic and meaningful good, which is linked to the idea of identity and which fosters memory. In this sense, the text seeks to analyze how patrimony, memory and identity can be understood through a historical analysis of ethnic and denominational colonization Porto Novo, today municipalities of Itapiranga, São João do Oeste and Tunápolis. The objective is to offer subsidies for patrimonial practices, mainly from a perspective of the built architectural patrimony. For the analysis, three elements are considered influential in a local patrimonial dynamics: religious architecture, civil architecture through the colonial commercial house and his *déco art* symbolism and the effort to preserve/reconfigure an architecture based on the timber framing style. We consider the hypothesis that there are patrimonial elements that foster the perspective of identity and memory and that these buildings crystallize in the local landscape presenting great potential for patrimonial policies.

Keywords: Patrimony. Itapiranga. Architecture.